

A estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre

Maria do Amparo Tavares Maleval
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: Nun'Álvares Pereira (1360-1431), pelo papel decisivo que desempenhou na fundação da dinastia de Avis, é uma das figuras mais emblemáticas da história do Portugal tardo-medieval. Da crônica que trata da sua vida e dos seus feitos, de autor anônimo, foi feita uma edição crítica por Adelino de Almeida Calado, publicada em 1991, por ordem da Universidade de Coimbra. Pretendemos, com base nessa edição e após acompanhar-lhe o processo de editoração, estabelecer reflexões sobre a obra, analisando-a tendo em vista principalmente o perfil de cavaleiro (quase) perfeito que nela é construído.

Palavras-chave: Crônica senhorial; Biografia; Baixa Idade Média; Edição crítica; Cavalaria cristã.

Résumé: Nun'Álvares Pereira (1360-1431), grâce au rôle décisif qu'il joua dans la fondation de la dynastie d'Avis, représente une des plus emblématiques figures de l'histoire du Portugal tardo-médiéval. À partir d'une chronique anonyme qui dépeint la vie et les faits de Nun'Álvares, Adelino Calado établit, en 1991, une édition critique publiée avec le concours de l'Université de Coimbra. Ayant comme base cette même édition dont nous avons accompagné les démarches du travail éditorial, nous en proposons une étude, surtout tout en réfléchissant sur les traits du profil de chevalier (quasiment) parfait y ébauchés.

Mots-clés : Chronique seigneuriale; Biographie; Bas Moyen Age ; Edition critique ; Chevalerie ; Héroïcité; Religiosité.

1. Introdução

Uma das mais importantes publicações de fontes primárias medievais nas últimas décadas foi, sem dúvida, a *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, título dado por Adelino de Almeida Calado à cuidadosa edição crítica por ele preparada da *Coronica do Condestabre*, acompanhada de elucidativas Introdução e Notas, além de Glossário, e publicada em Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, em 1991.

Já no Prefácio, também de sua autoria, o filólogo destaca a “singularidade e interesse da *Coronica* no plano da historiografia medieval portuguesa” (CALADO, 1991, p. V). Indubitavelmente, o fato de retratar a vida e os feitos do Condestável, sendo disto a

fonte mais recuada que chegou aos nossos dias, já por si justificaria tal avaliação. Isto porque Nun'Álvares Pereira, que viveu de 1360 a 1431, foi o principal esteio do Mestre de Avis na Revolução de 1383-1385, que livrou Portugal de um iminente domínio castelhano e resultou no advento da fecunda Dinastia de Avis, sob a qual deu-se a expansão ultramarina. E dele se originou a Casa de Bragança, cujos descendentes ocupariam mais tarde o trono português e seriam titulares de outras prestigiosas coroas européias – fato enaltecido no frontispício da edição *princeps* da obra (1526) pelo editor e que, inclusive, justificaria a sua publicação.

As referências a ela feitas pelos cronistas quatrocentistas indicam ter a obra existido em manuscrito provavelmente escrito não muito depois da morte do Condestável, ocorrida em 1 de abril de 1431. Fernão Lopes aproveita-o, ao manuscrito original ou a uma sua cópia imediata, quase que totalmente nas crônicas de D. Fernando e de D. João I – mesmo que por vezes criticando essa fonte, dando-lhe uma redação diferente mas de igual conteúdo, ou eliminando-lhe ou acrescenta-lhe algumas passagens; embora indicando haver mais de uma versão dos feitos do Condestável, mostra, via de regra, a sua preferência por esta. E Gomes Eanes de Zurara (1841, p. 4), na *Cronica da conquista de Guiné*, a ela se refere como narrativa autônoma dos feitos de Nun'Álvares, escrita “apartadamente” das “geeraaes cronicas dos rex”.

Mas nenhum manuscrito da obra perdurou, embora, pelo cotejo entre passagens da edição *princeps* de 1526 e da *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, possamos aferir que acréscimos foram feitos ao manuscrito original, concernentes aos títulos nobiliárquicos concedidos aos descendentes de Nun'Álvares antes da sua escrita, em 1422, ou após esta, a partir de 1451. Foi elaborado, ao que tudo indica, na década de 1430; e nele teriam sido feitas interpolações entre 1461 e 1481, do que resultaria o manuscrito usado por Germão Gualharde na edição de 1526. Calado aventava como hipóteses para o seu desaparecimento o ter sido então suplantado em qualidade pela edição especial pergaminácia ou haver-se degradado no processo de impressão, já que na tipografia eram os manuscritos “desmembrados em cadernos ou conjuntos de folhas distribuídos por vários oficiais para serem compostos simultaneamente” (CALADO, 1991, p. LXXI).

Diversos especialistas tendem a situar a redação da obra no período que corre de 1431 a 1443, respectivamente o ano em que faleceu o Condestável e a data referida por Fernão Lopes como sendo a da escrita do capítulo CLXIII da *Crônica de D. João I*, parte primeira, na qual muitos trechos da biografia são transcritos. Este cronista é quem testemunha, aliás, nada ter sido escrito sobre Nun'Álvares enquanto o mesmo vivia (LOPES, p. 56). Já Calado, abandonando outras hipóteses relacionadas com um sermão e com o processo de canonização de Nuno Álvares, observa, como já o fizera Salvador Dias Arnault (1951, p. 150; nota), que já na *Crônica de D. Fernando*, escrita antes da de D. João I, a partir de 1436, o cronista se aproveitara largamente de passagens da biografia do condestável. Daí considerar 1436, e não 1443, como data finalizadora da escrita da *Estória de Nuno Álvares*.

A obra é anônima, muito embora rios de tinta tenham corrido no passar dos tempos até chegar-se a tal conclusão. A atribuição de autoria da obra a Fernão Lopes foi uma hipótese derrubada por Hernâni Cidade (1931), seguido por outros especialistas como Costa Pimpão (1959) e Machado de Faria (1972). Não apenas a superioridade estilística de Fernão Lopes, defendida por Cidade, mas também a atitude diferente diante dos fatos distanciam o cronista do anônimo escritor da biografia de Nuno Álvares, além de que D. Duarte o encarregou de escrever a história dos reis, não de fidalgos. Também outras hipóteses de autoria não têm consistência, como por exemplo a sua atribuição a Gil Airas (escrivão da puridade do Condestável), a um outro seu servidor (talvez militar) e a um frade carmelita.

A individualidade do autor anônimo – apesar de Fernão Lopes se referir a ele no plural, mas fazendo-o também em relação a Pero López de Ayala – pode ser comprovada, como defende Calado (1991, p. LXXXII), na uniformidade do estilo singular, desataviado de ornamentos retóricos, direto; nos processos narrativos e na obediência a um plano baseado na lógica e na ordem cronológica dos acontecimentos, recolhidos das fontes narrativas e documentais. Tais características da obra, portadora ainda de vocabulário rico e adequado, indicam que o seu autor possuía uma certa cultura literária, embora não livresca, já que não há nela referências a fontes literárias bíblicas ou clássicas.

Essa individuação pode ser entrevista inclusive na autorreferência feita pelo autor através da primeira pessoa do singular – pode-se considerar que, quando usa a primeira pessoa do plural, busca associar autor / texto / leitor; e quando usa a terceira, objetiva a impessoalidade.

O destaque que é dado na obra a feitos militares, no entanto, não prova ser o autor um especialista na arte bélica. Nem muito menos um clérigo, sendo o lado religioso do Condestável nela menos acentuado que o militar. Ao que tudo indica, não seria sequer uma testemunha presencial dos acontecimentos que narra, que abrangem 58 anos, de 1373 a 1431, descritos com pormenores que o autor não poderia ter de todo acompanhado. Foi sim, incontestavelmente, um profundo admirador do biografado, destacando-lhe mais as virtudes de cavaleiro que as do santo cujo modelo é Galaaz, sem no entanto deixar de assumir uma visão providencialista da história em que os sucessos bélicos (e outros) se imputam à intervenção divina. Também é indiscutível o seu exaltado nacionalismo, demonstrado na expressão recorrente “verdadeiros portugueses”, em oposição aos partidários de Castela.

Acrescentaríamos que o autor não apenas elogia o Condestável, mas não perde nenhuma oportunidade para colocá-lo como vítima da inveja e da maledicência dos seus pares, ainda que parentes – o que, no campo das possibilidades, poderia fazer-nos acreditar ser ele não nobre, ou pelo menos não pertencente à ala fidalga contrária ao seu herói. E, se não é imparcial, devido ao seu nacionalismo, crença religiosa e veneração pelo Condestável, no entanto, a raridade de cópias produzidas, cujo desaparecimento foi inevitável, indica ter sido a elaboração da obra fruto mais de “um esforço pessoal digno de admiração”, do que de engajamento partidário (CALADO, 1991, p. C).

Enfim, escrita imediatamente após a morte do fidalgo, o seu valor decorre também do fato de, em versão impressa, ser a “única crónica biográfica senhorial chegada ao nosso tempo”, como destaca Teresa Amado, ocupando “lugar excepcional” na literatura portuguesa (AMADO, 1993, p. 187). Inclusive por ter servido de fonte ao genial cronista-mor Fernão Lopes, que, nas crônicas de D. Fernando e de D. João I, “só não usou oito dos oitenta capítulos que a compõem” (AMADO, 1993, p. 187); embora

Lopes indique a existência de outras fontes escritas sobre o Condestável, nenhuma seria tão completa, “se acreditarmos que foi justo o critério que o levou a dar-lhe primazia” (AMADO, 1993, p. 187).

Mas tal obra, cujo valor historiográfico e literário tem sido reconhecido pela crítica especializada, careceu por muito tempo de uma edição crítica. Como acentua Calado (1991, p. V), “continuava a não existir uma edição que em rigor pudesse chamar-se de crítica, pelo que os estudiosos não dispunham de um texto seguro para utilização nas suas vertentes de documento histórico e de peça literária e linguística”; daí ter-se ele dedicado à fixação do texto, enfrentando os problemas relativos às edições conhecidas da obra, bem como os suscitados pelo próprio texto, pois “a chamada *Coronica do Condestabre* continuava a ser menos conhecida do que merecia” (CALADO, 1991, p. V).

2. As edições quinhentistas

A primeira edição, de 1526, foi impressa pela oficina de Germão Gualharde, em Lisboa. Mendes dos Remédios (1911) levantou a hipótese da existência de uma edição anterior tendo por base a seguinte informação do (sub)título, relativa ao modo de estabelecimento do texto: “sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo”. Mas, conforme demonstrou António Machado de Faria (1972), o desconhecimento do manuscrito ou de outra edição anterior tornam inconsistente tal hipótese. E Calado (1991) conclui ser a edição de 1526 a primeira, já que seria “extremamente improvável” uma impressão anterior e na obra não ocorre nenhuma referência a tal possibilidade. Observa, ainda, a “confusão entre redação e edição”, que teria levado Mendes dos Remédios a nela pensar (CALADO, 1991, p. X-XI).

Calado, inclusive, após observar minúcias das características materiais dessa primeira edição – como as concernentes à xilogravura, ao estilo caligráfico, à grafia, ao caracteres góticos utilizados e ao formato harmonioso, que lhe imprimem sobriedade e dignidade –, passa a discutir as condições da imprensa e do mercado livreiro em

Portugal à época. Então, os livros mais vendidos eram os religiosos, os didáticos, os jurídicos, as novelas de cavalaria, as hagiografias e a história clássica, de recente aparição nesse mercado. Seria, pois, não lucrativa a edição da biografia de um herói nacional, sendo de estranhar que, apesar disso, fosse elaborada e publicada não apenas em papel, mas também em pergaminho, ao mesmo tempo. Além do mais, em 1554 o próprio Germão Galharde faria uma segunda edição da obra, o que indica não ter tido ele prejuízo com o empreendimento.

Uma das hipóteses levantadas é a de que o duque de Bragança à época (1526), D. Jaime (1479-1532), fornecera subsídios ao editor para livrá-lo de prejuízo. Isto porque, como se destaca no (sub)título, o Condestável Nuno Álvares Pereira foi o “princiador da casa q agora he do Duque de Bragãça”; a este, logicamente, interessaria divulgar a biografia com os grandes feitos do seu antepassado. E mesmo que não tivesse partido de D. Jaime a iniciativa da publicação, uma outra hipótese é que poderia, pelo menos, ter fornecido ao editor o manuscrito em que a edição se baseara, “eventualmente existente nos arquivos” da casa ducal (CALADO, 1991, p. XXVII). O certo é que Galharde não apenas publicou uma segunda edição da obra, mas, um ano após o primeiro investimento, em 1527, a biografia de outro vulto nacional – a *Cronica do sancto, e virtuoso Iffante dom Fernando*, filho de D. João I.

Da edição *princeps* de 1526 só se conhecem hoje dois volumes em Portugal: um impresso em pergaminho, pertença da Biblioteca Nacional, e outro em papel, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Ao que parece, Galharde ter-se-ia baseado em um manuscrito bem conservado,

pois não se notam no texto impresso vestígios de lacunas nem truncagens de capítulos, nem saltos na narrativa que denunciem falta de folhas ou folhas rasgadas. Por outro lado, o manuscrito seria bastante legível para um vulgar compositor tipográfico, pois as dificuldades de interpretação detectáveis situam-se na área dos nomes de pessoas e de lugares, e podem atribuir-se inclusivamente ao copista do próprio manuscrito (CALADO, 1991, p. XXX).

As características da edição indicam que Galharde, francês de origem e estabelecido como impressor em Lisboa em 1519, teria tido um auxiliar acadêmico no processo de

editoração – alguém com competência linguística, cujo trabalho culminaria na revisão das provas. Como observa Calado, essa presença

é possivelmente atestada pelo subtil equilíbrio entre a manutenção de formas já então arcaicas e a modernização gráfica de algumas outras que poderão ter parecido tão semelhantes no sentido e no uso ainda corrente, que pouco sofreriam com uma ligeira ‘actualização’. Esse trabalho não seria fácil para um estrangeiro fixado em Portugal cerca de sete anos antes (CALADO, 1991, p. XXXI).

Portanto, o impressor, até hoje respeitado, diante desse êxito editorial e da permanência do interesse pela figura do Condestável levaria a cabo a segunda edição da obra, publicada em 1554. Sua semelhança material com a *princeps* é evidente no formato, no número de fólios – cada um com duas colunas onde se busca a coincidência também do texto –, na letra gótica de forma utilizada, nos títulos-ementas dos capítulos – iniciados por capitais decoradas –, na utilização da gravura representativa do Condestável com traje de cavaleiro armado. Mas acrescenta outra gravura do Condestável, como religioso carmelita em gesto de oração. Também a página do título é modificada ao gosto da época e atualizada, com acréscimo da referência aos descendentes ilustres da Casa de Bragança em 1554, como o rei D. João III de Portugal e o imperador Carlos V.

Observa ainda Calado (1991, p. XXXII-XLI), dentre outros aspectos, que esta segunda edição não apresenta nenhum aperfeiçoamento no aspecto gráfico – antes, ao contrário, parece ter utilizado caracteres já gastos; e as capitais são menos ornadas e de tamanho irregular. Quanto ao texto, constatou que foram mantidos muitos dos erros e dúvidas da primeira edição; e quando se buscou consertá-los, novas falhas foram por vezes acrescentadas. Ao que tudo indica, não se procedeu à colação de textos, utilizando-se tão somente a primeira edição. E a integralidade do texto relativamente à primeira edição, bem como a ausência de rasuras, indicam que, embora publicado em plena vigência da censura inquisitorial, não sofreu-lhe sanções, talvez pelo caráter exemplarmente piedoso atribuído ao Condestável. Noticia ainda Calado (1991, p. XLI) que dela poucos exemplares podem ser encontrados – são referidos dois na Biblioteca Nacional, um no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um na Biblioteca da Ajuda e um em Estugarda.

3. As edições posteriores

A terceira edição da obra surgiu em 1623, publicada em Lisboa por António Álvares, impressor e comerciante de livros. Apresenta pequenas modificações em relação à de 1554, que lhe serviu de base, dentre elas a substituição dos caracteres góticos pelos redondos, ligeiras alterações na grafia, um parecer do jesuíta Doutor Baltasar Álvares, censor da Inquisição, bem como autorização para impressão, taxação, dedicatória redundante e convencional ao Duque e colofon – em que fica claro inclusive que a edição foi feita única e exclusivamente às expensas do editor. Escrita no período da dominação filipina, inscreve-se no rol das obras que buscaram manter bem acesa a chama do nacionalismo – por exemplo, também Francisco Rodrigues Lobo publicara, à época, um poema épico sobre o Condestável, com segunda edição de 1627.

A quarta edição remonta a 1848, publicada no Porto pela Tipografia Constitucional com características materiais típicas de meados do século XIX, bem diversas das edições anteriores: formato 16cm X 23cm, mancha única por página, etc. Na *Advertencia* apresenta, segundo Calado (1991, p. XLVIII), uma informação incorreta: a de que apresentaria uma gravura do Condestável conforme a edição latina de 1723, elaborada por António Rodrigues da Costa, mas inexistente nos exemplares consultados por Calado (1991, p. XLVIII).¹

A quinta edição foi feita por Mendes dos Remédios em Coimbra, 1911. Ao que tudo indica, tomou por base a edição de 1526, através do exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, inclusive reproduzindo desta a página do título e o retrato do Condestável. Desconhecia a edição de 1554, pois se refere à de 1623 como a seguinte àquela (CALADO, 1991, p. XLIX).

No Prefácio, levanta a inconsistente hipótese, já referida, da existência de uma edição anterior à de 1526; e estabelece comparações entre a obra e a *Choronica do Infante Santo D. Fernando*, também por ele editada anteriormente, concluindo que a *Coronica*

¹ Calado observa que foi esta quarta edição a declaradamente utilizada como fonte por Oliveira Martins para *A vida de Nun'Álvares Pereira* (CALADO, 1991, p. XLVIII).

do Condestabre teria sido escrita à época do biografado ou imediatamente após a sua morte. Para reforçar tal idéia, refere-se ao aproveitamento por Fernão Lopes de partes da biografia. E, ainda, a obras posteriores que a tiveram por base.

Não possui notas, mas um “Vocabulário” anexo, “um misto de glossário e índice toponímico” não aprofundado, mas útil e bem fundamentado, na avaliação de Calado (1991, p. L); e fala da sua intenção de fidelidade ao texto da edição de base. Da mesma forma que as edições anteriores, dela se conhecem raros exemplares.

Entre essa quinta edição e a próxima, em 1969, comemorando a inauguração das suas novas instalações, a Biblioteca Nacional fez uma reimpressão fac-similada da primeira edição em pergaminho de sua propriedade. Inclusive a cor e o desenho da encadernação fazem-lhe jus.

A sexta edição foi efetivada em 1972 por António Machado de Faria, membro da Academia Portuguesa de História. Contém introdução – em que se ocupa dos problemas textuais e apresenta, de forma integral, as passagens da obra aproveitadas por Fernão Lopes –, glossário, índice onomástico e índice toponímico. Segundo Calado (1991, p. LII), o bom nível da Introdução contrasta sensivelmente com a, a seu ver, desastrosa transcrição modernizada do texto de 1526, objetivando alcançar um público vasto, não erudito. Nela procedeu-se à supressão de casos típicos da grafia do século XV, ao acréscimo de outros omitidos sistematicamente pelo original, à acentuação exagerada ou à pontuação equivocada, sem solucionar os erros e lacunas da edição *princeps*, mesmo os indicados pela edição de 1554. Daí colocar-se “algures entre uma exigente edição crítica e uma edição decididamente modernizada”, quedando-se “num ponto intermédio para o qual não há nenhum público definido” (CALADO, 1991, p. LII).

4. A última edição

A sétima edição, efetivada por Adelino de Almeida Calado e publicada em 1991, como ele próprio defende é a única edição crítica da obra no sentido em que esta é entendida

modernamente: busca respeitar as formas vocabulares arcaicas, proceder à transcrição fidedigna do texto, facilitar a sua leitura e compreensão mas baseando-se em acurado estudo visando a reconstituição e aperfeiçoamento do original, para o que concorre a colação com outras edições.

Neste sentido, serviu-se Calado, à falta do manuscrito de base, da edição impressa mais antiga, a *princeps*, de 1526, buscando sanar-lhe as gralhas e flutuações gráficas, a coexistência de formas arcaicas e modernas, indicativas de falta de rigor filológico na transcrição.

A edição *princeps* já desde o título indicava, como vimos, haver respeitado a “antiguidade” das palavras e estilo da cópia manuscrita possivelmente do último quartel do século XV, cujo original teria sido redigido entre 1431 e 1436 (CALADO, 1991). Se a grafia de algumas palavras já se encontra modernizada, semelhante à da outra, já referida, publicação coeva do mesmo editor, no geral o texto “conservou provas genuínas do seu arcaísmo” (CALADO, 1991, p. CXLV) – exemplos: termos como *aadur*, terminações *-om* e *-ees*, formas verbais como *anojedes* (*d* intervocálico) e *sabudo* (terminação *-udo*). São detectadas principalmente nos discursos diretos, o que aponta para a maior antiguidade das fontes dos mesmos.

Apresenta alguns castelhanismos, em termos que não eram comuns aos dois idiomas (português e castelhano) à época da redação do texto. Dado que o autor da obra, no correr da mesma, firma o seu nacionalismo extremado – por exemplo através da recorrente expressão “verdadeiro português” –, é possível que se tratem de formas espúrias, devidas ao compositor tipográfico ou ao revisor de provas. Por esse motivo, na sua edição crítica Calado substituiu essas formas pelas correspondentes em português.

No geral, a linguagem utilizada apresenta pobreza de vocabulário, com repetições e redundâncias para o alcance da clareza de expressão, com a finalidade de passar ao leitor de forma mais precisa os acontecimentos. Calado testemunha que raramente teve de intervir com um esclarecimento em nota para tornar o texto mais compreensível.

Alguns processos recorrentes de construção e encadeamento de frases podem ser encontrados em outros textos em prosa da época, como por exemplo os de Fernão Lopes – exemplos: frases iniciadas pela copulativa E, anteposição dos complementos do sujeito e do predicado, uso do gerúndio e do ablativo, etc. Ao fixar o texto, Calado corrigiu, quando necessário para a compreensão, o discurso indireto, frequentemente usado, e a sua combinação com o discurso direto, acrescentando aspas ou expressões como “responderam que”.

Além dessa edição *princeps*, Calado também usou a segunda edição, de 1554, para cotejo e eleição da melhor forma a ser adotada na fixação do texto e resolução de passagens obscuras.

Enfim, frisa ter seguido o método proposto em síntese por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (CALADO, 1904, p. XII): inserir modificações ortográficas tendo em vista facilitar a compreensão do leitor mas sem desfigurar o seu caráter arcaico. Para tanto, adotou os seguintes critérios de transcrição: desenvolvimento de abreviaturas (por exemplo o til); separação ou junção de palavras (por ex. *afazer* – a fazer; *ja mais* – jamais, etc.); uso do ponto alto para separar (não se usava à época o hífen ou o apóstrofo); conversão de *u* em *v*, *i* em *j* e vice-versa; conversão de *u* com valor de *n* em *n* e vice-versa; uso de maiúsculas em nomes próprios (pessoas, lugares, instituições, datas consagradas) e em início de período e de discurso direto; uso de minúsculas de acordo com o sistema vigente de pontuação (por exemplo: *delRey* - del·rei); etc. Quanto à apresentação gráfica do texto, não foram usados sinais convencionais indicativos das alterações feitas, quando estritamente necessárias, no texto-base. Nisto desenvolveu, usando-o sem exceções, o critério já utilizado por Giuliano Macchi para alguns casos (CALADO, 1991, p. CXCII). E a edição é enriquecida com minuciosa Introdução, além de Glossário dos termos com particularidades gráficas ou semânticas e Índices onomástico e toponímico.

Gostaríamos de comentar a modificação feita por Calado, respeitante ao título da obra. No sentido de reconstituir e apurar a forma original, ao invés de ‘coronica’ ou crônica

chama à obra ‘estória’, divergindo de todas as edições anteriores. Na defesa de tal ato, assinala que

- 1º. O texto não é, no âmbito das concepções historiográficas da sua época, uma crónica, mas sim uma estória;
- 2º. O título de “crónica” é, no caso em questão, uma criação do seu editor quinhentista;
- 3º. O próprio texto fornece elementos que justificam e sugerem o título que ora lhe atribuímos (CALADO, 1991, p. LIV).

Observa que Fernão Lopes usou os dois termos para designar a sua obra, mas D. Duarte utilizou o termo “poer em *caronyca as estorias dos Reys* ” quando encarregou-o desse mister. Da expressão, Calado conclui pela abrangência maior do termo ‘crônica’ – historiografia nacional, história geral do reino, crônica de reinados, reunindo vários acontecimentos julgados relevantes, em oposição à restrição destes na ‘estória’, subordinados que são à figura central.

Abandona o conceito derivado da etimologia de ‘crônica’, uma vez que a ordenação cronológica é normalmente usada em quaisquer textos de história, inclusive no que se denominava à época como ‘estória’. Esta, denominaria mais especificamente as biografias ou acontecimentos em si próprios, textos autônomos à margem da historiografia oficial, podendo por esta serem incorporados. Zurara (1915, p. 124; 1841, p. 4) é autoridade da época evocada para o sustento da distinção entre os termos.

Para Calado, o que teria acontecido foi uma atualização feita pelo editor Germão Galharde, da mesma forma que incluiu no título informações posteriores à época da escrita da crônica, relativas à casa de Bragança e seus descendentes ilustres, mudando esses dados na segunda edição, já que outros descendentes poderosos sobressaíram no período corrente entre as duas edições. Lembra que esse editor também mudou, comprovatoriamente, o título do manuscrito quatrocentista *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor ifante dom Fernando* para *Cronica do Sancto, e virtuoso Iffante dom Fernando*, que publicou em 1527 – o que indica ser tendência crescente no século XVI nomear por ‘crônica’ aos diversos tipos de escrita historiográfica, inclusive as biografias e outros textos monográficos.

E demonstra que a própria obra se autorreferencia como ‘livro’, ‘estória’ ou ‘conto’, nunca como ‘crônica’. Possivelmente não teria sequer um título (CALADO, 1991, p. LX), que poderia ter-lhe sido acrescentado por Galharde de acordo com a tendência terminológica da época. E o que ora apresenta Calado em seu intento de reconstituição, embora para ele óbvio, como ele próprio considera “teve dificuldade em abrir caminho perante a resistência de um título que se tornara tradicional desde o século XVI” (CALADO, 1991, p. LXII). Daí especialistas como Teresa Amado optarem por chamar à obra de uma “crônica biográfica” (AMADO, 1993, p. 187).

Por fim, vale ser destacada uma particularidade dessa “crônica biográfica”: a ausência de datas, até mesmo das cartas que apresenta, que têm de ser reconstituídas com base em informações externas sobre os acontecimentos relatados. Felizmente que esta sua lacuna foi preenchida por Calado na sua edição crítica da obra, proporcionando um maior entendimento dos fatos.

5. Características da composição

No que concerne à gênese e composição da obra, o seu anônimo autor teria procedido à recolha das fontes narrativas, principalmente, e documentais; ordenado cronologicamente e harmonizado as versões, estruturando-a em capítulos. O resultado é uma “biografia completa [focalizando o herói a partir dos 13 anos], ordenada numa sequência cronológica, rica de pormenores, viva na sua maneira de relatar os acontecimentos e de retratar as personagens” (CALADO, 1991, p. CVII).

Os capítulos são encabeçados por títulos, alguns dos quais verdadeiras ementas, outros meramente indicativos e até desproporcionais em relação à importância da matéria de que tratam, como ocorre relativamente às batalhas de Atoleiro, Aljubarrota e Valverde. A ligação entre eles se estabelece também por expressões de orientação ou indicativas de mudança de foco, do tipo “Mas ora leixa o conto de falar na dita batalha (...) e torna em como [Nun’Avrez] foi buscar Martym Anes de Barvudo, que da batalha fugira, a Monforte, honde lhe foy dito que estava” (*Estoria*, 1991, p. 69). Isto concorre para

demonstrar que a obra obedece a um planeamento, é “subordinada a um plano coerente que estabelece a solidariedade entre todas as suas partes”, não “um trabalho rudimentar, primitivo e falho de qualidade, ou mesmo um simples extracto de outras obras compostas com outros objectivos” (CALADO, 1991, p. CXI). Portanto, não é justa a crítica depreciativa que lhe é feita por alguns estudiosos, que insistem em compará-la à escrita do genial Fernão Lopes.

Por ser uma biografia, devendo em consequência tudo girar em torno do biografado, na obra foi reduzido drasticamente o enfoque dos acontecimentos em que este não figura, por vezes utilizados apenas como elos de ligação (CALADO, 1991, p. CXVII). E, se as atitudes religiosas do Condestável são frequentemente destacadas, no entanto os capítulos versam preponderantemente sobre os seus feitos militares.

Trata-se de uma biografia tipicamente medieval, não exaustivamente completa, faltando-lhe a descrição física do herói – segundo Calado (1991, p. CXXI), Zurara teria sido o primeiro a fazê-la, em relação ao Infante D. Henrique, na *Crônica dos feitos de Guiné*; mas Fernão Lopes também já o fizera, mesmo que de forma não completa, por exemplo com relação a D. João I, através da prosopopéia de Lisboa, que lhe indica a altura, a harmoniosa composição dos membros, a graciosa e honrada presença, o lado dos atributos morais, da coragem e engenhosidade na defesa da cidade (LOPES, 1977, p. 302). Faltam ainda indicações de lugar e data do seu nascimento, etc. Por outro lado, são destacados os dados genealógicos.

Quanto à concepção de historiografia adotada e explicitada no Prólogo, é a clássica (de Tucídides, Tito Lívio, etc.), assimilada ao que parece indiretamente, sendo a corrente à época, inclusive endossada na *Crônica Geral de Espanha* de 1344. Segundo ela, a narrativa historiográfica tem característica especular, apresentando como modelos a serem seguidos os nobres e heróicos feitos e evitados os maus. Através das frases interrogativas, é na obra inclusive estabelecida uma exortação às futuras gerações para seguirem o paradigma de heroicidade portuguesa apresentado.

Apesar da ausência de datas, reconstituídas como vimos na edição crítica, a ordenação objetiva, a linguagem clara, os dados numerosos, as fontes referidas como consultadas a creditam como documento historiográfico. Bem como a sua construção apresenta valor artístico: seu estilo é “simples, mas conciso e enérgico” (CINTRA, 1973, v.), sem nenhuma filosofia ou teorização literária, o que “reverte a favor de uma alta densidade factual” (CALADO, 1991, p. CXXIX); apresenta uma interpretação convincente do perfil do biografado e realismo na representação dos acontecimentos, etc. Enfim, não apenas a verossimilhança, mas a mimese atribuem qualidades retórico-poéticas à obra.

Aproveita elementos convencionais na elaboração e desenvolvimento do texto, sendo que muitas vezes a economia narrativa se torna desproporcional à importância do acontecimento, como por exemplo a descrição por demais sucinta da batalha de Aljubarrota. Aliás, já desde o Prólogo nos dá uma prova da sobriedade do seu estilo, demonstrando consciência da sua brevidade e da maior extensão dos prólogos tradicionais.

Emprega muitos discursos diretos, procedimento literário então corrente, não necessariamente aurido de fontes clássicas como Tito Lívio ou Salústio. Também da tradição corrente aproveita o gosto pelas frases exclamativas e interrogativas, que tornam o discurso mais impressivo, bem como as expressões ou frases de ligação, para tornar mais clara ao leitor a interconexão dos acontecimentos, para o que concorrem também os títulos dos capítulos.

Por vezes, apresenta um esboço da ironia, que os autores da época já sabiam explorar – como Fernão Lopes, que apresenta esse recurso retórico como marca significativa do seu estilo. O uso da duplicação vocabular, do ablativo e do gerúndio são também outras constantes herdadas da tradição corrente. Mas da metáfora, tão cara a Fernão Lopes, não há exemplos, quando muito um símile – “asy bastos como som os feixes no rrestolho do bõo trigo e bem basto” (*Estória*, 1991, p. 119). E, também diferindo-se do cronista-mor, poucas vezes se introduz na narrativa – por exemplo, dirigindo-se ao leitor-ouvinte através da expressão “ally veriades” (*Estória*, 1991, p. 131), no Prólogo através do uso da primeira pessoa, e nas preces.

Incorpora superstições correntes, nem que seja para serem contestadas pelo herói; bem como sentenças ou provérbios por este endossados; sem falar em preces reconstituídas – tudo convergindo para a visão providencialista da história que então imperava.

Enfim, conclui Calado (1991, p. CXLII) que, por todos esses elementos, “é uma obra literária, caracterizada pela aplicação intencional de um conjunto de técnicas de narração ao serviço de um estilo simples e directo enquadrado por uma capacidade de concepção, planeamento e execução”. Conforme Manuel Rodrigues Lapa, soube lançar mão de uma “linguagem correntia, popular, sem ser inculta, sem os arrebiques e neologismos tão em voga no seu tempo” (LAPA, *Miscelânea*, p. 391).

6. Uma narrativa exemplar

Composta por oitenta capítulos e por um curto prólogo, este frisa o carácter de memória exemplar da obra, herdado da historiografia antiga – os erros serão narrados para serem evitados; e os “vallentes e nobres feytos” do Condestável, para serem copiados (*Estoria*, 1991, p. 1).

O último capítulo, a modo de *peroratio*, descreve-lhe as benfeitorias realizadas, que deram sequência às do avô, e os atos piedosos, praticados ao lado dos feitos militares durante a vida do Condestável.

A *narratio*, que focaliza o biografado a partir dos 13 anos (1373), como vimos, é dividida, conforme já observara Calado (1991, p. CXII), em “três partes bem individualizadas”: 1ª.) dos treze anos até à morte de D. Fernando em 22/10/1382, período em que foi escudeiro da Rainha Leonor Teles – capítulos II a XIV; 2ª.) desse acontecimento até à aclamação de D. João I nas Cortes de Coimbra em 6/4/1385, quando foi nomeado Condestável, período em que foi cavaleiro do Mestre de Avis – capítulos XV a XLII; 3ª. – dessa nomeação até à morte, em 1/4/1431, período em que foi Condestável e monge – capítulos XLIII a LXXIX.

O primeiro capítulo se refere à genealogia de Nuno Álvares Pereira, a começar pelo seu bisavô, Dom Gonçalo Pereira, “grande cavaleiro muy fidalgo e de grande sangue”. Este, não apenas possuía alta estirpe, mas também riquezas, sendo, pois, “nobre de linhagem e de condiçam”, possuindo “grande casa e acompanhado de muytos bõos parentes e criados” (*Estoria*, 1991, p. 1). Dentre as “muytas e muy boas” qualidades que possuía, destacava-se a prodigalidade: era “muy graado e dava de bõo coraçam o que avia, assy aos que o serviam como aaquelles que o nom serviam”, a tal ponto que era recriminado por alguns dos seus “chegados” (*Estoria*, 1991, p. 2).

Esse fidalgo teve filhos e filhas, dentre os quais um que lhe herdou o nome: D. Gonçalo Pereira, que foi arcebispo de Braga e pai de Frei Álvaro Gonçalves Pereira. Este, apesar de filho ilegítimo, “foy grande e honrrado e rico de muytas riquezas e de muytas virtudes, ca era nobre de condiçam e bõo cavaleiro e muy entendido” (*Estoria*, 1991, p. 2). Foi Prior do Hospital, fazendo nesta Ordem “muytas obras e boas cousas por acrecentamento della”, dentre elas a edificação de uma igreja em honra de Santa Maria, “em que deus faz muytos millagres” (*Estoria*, 1991, p. 2).

Dentre as suas virtudes, ao lado da lealdade e da honradez destacava-se a generosidade herdada do avô: “foy em muytos bõos e grandes feytos, assy por servir seu rey como por sua honrra. E partia grandemente o que avia, assy com seus parentes como com outros muytos que o nom eram” (*Estoria*, 1991, p. 2). Daí ser por todos “bem servido e amado e beem acompanhado”, alcançando ser privado de três reis de Portugal: D. Afonso, D. Pedro e D. Fernando. Estes, pelos bons serviços e conselhos do fidalgo, por seu “gram siso e bõa discriçam”, “o amarom e prezarom muyto, em especial el rey dom Fernando” (*Estoria*, 1991, p. 3).

Esse Frei Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, viveu “longamente” e teve 32 filhos, homens e mulheres, dentre os quais, de mães diferentes, Pedro Álvares Pereira, que o sucedeu no priorado da Ordem, e Nuno Álvares Pereira. Deste, a mãe foi Eireia Gonçalves do Carvalhal, uma “muy boã e muy nobre molher e estremada em vida açerca de Deos”, que, após ter seus filhos, “viveo em grande castidade e abstinencia, nom comendo carne nem bevendo vinho per espaço de quorenta annos, fazendo grandes

esmolas e grandes jejuus e outros muytos bees” (*Estoria*, 1991, p. 3). Por sua “grande bondade”, foi escolhida para “covilheyra” – isto é, camareira – da Infanta Dona Beatriz, filha de D. Fernando e depois rainha de Castela, por casamento com D. João.

No segundo capítulo tem início a vida de Nuno Álvares, já com treze anos. Gostaríamos de destacar a grande importância que é dada, no primeiro capítulo, à genealogia do biografado: não apenas a sua nobre estirpe é apresentada, como também as virtudes de seus genitores: do pai, a honradez, lealdade, prodigalidade, bons serviços, devoção mariana, sensatez e discrição; da mãe, a religiosidade e práticas desta decorrentes, como a castidade, a abstinência, o jejum e a caridade. Estas são as heranças do herói, que as desenvolverá como veremos.

Trata-se, evidentemente, de uma obra laudatória; daí serem recorrentes as indicações das virtudes do Condestável, já desde o Prólogo apresentado como “vallente e muy virtuoso” (*Estoria*, 1991, p. 1). Procederemos a seguir à observação do retrato de cavaleiro que vai sendo delineado, começando por destacar que desde jovem assumira por modelo a Galaaz, o melhor e mais puro dos homens do rei Artur, cuja história era sua leitura preferida. Como tal, fica evidente que o Condestável, apesar da sua ‘mesura’ – condição fundamental da cortesia –, era adepto fundamentalmente não da ‘cavalaria cortês’, cujo paradigma bretão fora Lancelote e, na Península Ibérica, Amadis de Gaula; mas, sim, da ‘cavalaria espiritual’, seguidora das virtudes cristãs encarnadas por Galaaz, o ‘puro dos puros’, o melhor dos cavaleiros do rei Artur.

Da mesma forma que Galaaz o fora, é apresentado como um predestinado: o alfageme de Santarem profetizara que, a serviço da terra e do Mestre, seria futuramente conde de Ourém, quando só então aceitaria receber pelo trabalho de consertar-lhe a espada (*Estoria*, 1991, p. 42). E, principalmente, como o mais exemplar dos cavaleiros da Távola Redonda, que “per virtude de virgindade” “acabara muytos grandes e notavees feytos que outros nom poderom acabar”, terminando por alcançar o Graal (*Estoria*, 1991, p. 8), Nuno Álvares também desejou permanecer virgem, recusando de início o casamento que lhe arranjava o pai com Dona Leonor d’Alvim, senhora dotada de “grande bondade e riqueza” (*Estoria*, 1991, p. 6). Mas, instado por parentes, diante da

insistência acaba concordando com a proposta, “pois que a seu padre prazia e o elles aviam por bem” (*Estoria*, 1991, p. 10). Foi um casamento sem festas (1376), por ser a noiva viúva, embora também ainda virgem. Na nova situação, de homem casado, “despendya seu tempo em tomar honestamente prazer com sua mulher” (*Estoria*, 1991, p. 12), que “lhe dava bõos conselhos das maneiras que avia de teer em aquella terra honde avia de viver” (*Estoria*, 1991, p. 12), isto é, nas terras de propriedade desta. Dessa união resultaram três filhos, mas dois morreram ao nascer, restando apenas uma mulher, D. Beatriz, que posteriormente foi condessa de Barcelos, casada com o filho bastardo de D. João I.

Acrescente-se que, ao final da vida, o Condestável afastou-se da vida mundana, fazendo-se recluso no mosteiro do Carmo – aliás, assemelhando-se a Boorz, outro dos virtuosos cavaleiros arturianos, que se tornou ermitão após voltar para Camelot – até à morte. Assim, teria alcançado o seu “Graal”, providenciando a Igreja o processo de canonização pelos muitos milagres que eram obrados junto ao seu túmulo. E se aproximaria mais ainda do ideal de monge-cavaleiro proposto por São Bernardo, até por haver lutado numa guerra que foi apresentada como Santa, uma vez que o Mestre de Avis apoiava o papa de Roma, ao lado passo que o rei de Castela se colocava ao lado da França obediente ao papa cismático de Avinhão, inseridos no contexto da chamada Guerra dos Cem Anos (1337-1453) que então dividia a Cristandade. Lembremos que São Bernardo de Clairvaux, no século XII, justificava a violência bélica, afirmando que “morrer ou matar por Cristo não implica criminalidade alguma e reporta a uma grande glória” (BERNARDO, 1983, p. 503).

Portanto, a primeira insistência da obra vai para a filiação do cavaleiro biografado ao paradigma representado por Galaaz, sendo que a virtude da castidade o levaria futuramente a inclusive proibir a presença de mulheres nas suas hostes (*Estoria*, 1991, p. 136). Essa virtude aparece ao lado do seu “bom gasalhado e doçes palavras”, e “gram misura”, sendo “bem rrazoado e porem de pouca e branda pallavra”, que “a todos prazia” (*Estoria*, 1991, p. 12). Assim, o autor o apresenta inicialmente como, além de religiosamente casto, prestativo e generoso, mesurado, cordato e discreto; no entanto, não se exime de indicar-lhe maus feitos, muito embora sem se deter em descrevê-los:

“aas vezes fazia na terra das suas, segundo seus vezinhos” (*Estoria*, 1991, p. 12). Mas busca justificar esses desmandos pela necessidade de cobrir a grande despesa que tinha com os seus homens, pelos costumes locais e pela pouca idade (casara aos dezesseis anos). E conclui observando que tais desmandos não o afastavam do “temor de Deos, ouvindo suas missas e vivendo honestamente e bem com sua mulher” (*Estoria*, 1991, p. 12).

Antes desse episódio, sabemos que, ao ser levado, juntamente com o irmão Diego, para a casa do rei D. Fernando, impressionara a rainha Leonor Teles por sua sagacidade e valentia, ao narrar, a pedido desta, o que observara no caminho sobre as tropas castelhanas: “muyta gente mal acaudellada, e que pouca gente com bõo capitam, bem acaudellada, os poderia desbaratar” (*Estoria*, 1991, p. 4). A rainha o toma por escudeiro e o rei ao seu irmão. Era então “muy vergonhoso”, isto é, tímido, e “misurado”, agradecendo e beijando-lhe a mão. Lembramos que, premonitoriamente talvez, por ser muito jovem, com apenas treze anos, não havia arnês que lhe servisse, pelo que foi solicitado o do Mestre de Avis, que fora armado cavaleiro ainda bem criança: “E assy tomou dom Nun’Alvrez as primeyras armas, que foram do mestre d’Avis, e per mãos da rraynha dona Lyanor, e de hy em diante a rraynha o ouve sempre por seu escudeiro” (*Estoria*, 1991, p. 5).

A obediência era outra sua grande qualidade, observada em relação ao pai, como vimos no episódio do casamento, e ao rei D. Fernando, a quem obedecia mesmo que contrariando seu desejo: “nom sayriia do mandado delrey, ainda que fosse muyto contra seu prazer” (*Estoria*, 1991, p. 22). Como também futuramente ao rei D. João I, cuja entronização ajudara a construir. Não o afronta, mesmo quando lhe retira os vassallos – “que outrem non tevesse vassallos senom elle” (*Estoria*, 1991, p. 153) – e as terras de préstimos.

A sua ambição restringia-se à busca de notoriedade e honra: “avia gram vontade de ganhar nome e honrra” (*Estoria*, 1991, p. 17); “muyto desejava de servir el rey dom Fernando, que o criara, e de seer conhecido e aver nome de boom” (*Estoria*, 1991, p. 19). Daí que posteriormente, pela sua lealdade ao Mestre de Avis e à terra portuguesa,

recusa as vantagens que lhe prometeu o rei de Castela, mesmo quando a sua própria mãe a este serve de mensageira; ao contrário, acaba por fazê-la aderir à causa do Mestre:

ante contrariava a sua madre, dizendo que Deos nom quisesse que por dadas e largas promessas elle fosse contra a terra que o criara, mas que ante despenderia seus dias e espargeria seu sangue por emparo della, de guisa que, onde ella vinha pera reduzir seu filho pera serviço delrey de Castella, Nun'Alvrez reduzeo ella pera serviço do mestre. (*Estoria*, 1991, p. 45)

Busca adesão ao Mestre junto a outros fidalgos, como por exemplo seus irmãos, conseguindo a de Diego Álvares, mas não a do que era Prior do Hospital. Neste sentido, logo no início do movimento contra a rainha Leonor Teles, após o assassinato do conde de Andeiro, do bispo de Lisboa e do prior de Guimarães, argumentava que “esto era obra de Deos, que se queria lembrar desta terra, que nom fosse subjeyta a Castella e que, poys tal começo era feyto, que lhe pedia por mercee que todavia se tornasse a serviço do meestre, como já outras vezes lhe dissera” (*Estoria*, 1991, p. 42). Aliás, mesmo antes de tais acontecimentos, apresenta-se como o primeiro a desejar a morte do Andeiro pelo Mestre de Avis, conseguindo a adesão do tio Rui Pereira (*Estoria*, 1991, p. 40).

Enfim, conclamava a “todollos bõos portugueses”, os “verdadeiros portugueses” (*Estoria*, 1991, p. 58; p. 76; p. 90; p. 93; p.104-105) – opostos dos cismáticos “maos portugueses” (*Estoria*, 1991, p. 122) – a “o seguirem e servirem atees mortes”, indo contra os velhos fidalgos que relutaram em fazê-lo – como o conde Álvaro Pires (*Estoria*, 1991, p. 54). Também colocou-se contra a arrogância do filho deste, D. Pedro, que desejava privilégios quanto a receber primeiramente o soldo (*Estoria*, 1991, p. 56-57). Dentre esses bons portugueses, a narrativa destaca os “miudos”, as “jentes miudas”, que tomavam castelos para o Mestre (*Estoria*, 1991, p. 55).

À lealdade junta-se as suas qualidades de grande soldado, sempre desejoso de combate – dizia, quando uma batalha ou um duelo se anunciava, que era “de taes novas muy ledo” (*Estoria*, 1991, p. 60), “tam ledo que nom podia mais seer com outra cousa” (*Estoria*, 1991, p. 20); ou, quando ela gorava, ficava “muy anojado” (*Estoria*, 1991, p. 19), “triste e muyto anojado” (*Estoria*, 1991, p. 33); pelo que o narrador exclamaria:

“Oo que vontade de servir seu senhor e, por emparo da terra, asy avia gana de pelejar!”
(*Estoria*, 1991, p. 66).

Sua coragem apresenta-se como incomparável – por exemplo: em Cacilhas, num pequeno batel, com seis escudeiros, lança-se ao mar temerariamente revoltado para alcançar uma embarcação maior, objetivando lutar com a frota de Castela (*Estoria*, 1991, p. 57); sozinho enfrentara cerca de “duzentos e çinquenta homens d’armas” dessa frota que cercava Lisboa, sendo apenas posteriormente socorrido pelos seus, que de início se recusavam ao combate por serem inferiores numericamente aos inimigos (*Estoria*, 1991, p. 29-31); ironizava o inimigo poderoso, no caso Joam Rodrigues de Castanheda, indo ao seu encontro “pollo escusar do trabalho” e que, recebendo deste recado para aguardá-lo, que “lhe teeria bem feyto de jantar” (*Estoria*, 1991, p. 76); apenas com “dous moços da estribeira, se deu às lanças com os castellãos ante que nenhum chegasse”, em uma barreira inimiga nas proximidades de Couna (*Estoria*, 1991, p. 85-86).

Foi, enfim, grande estrategista (*Estoria*, 1991, p. 116-117) e animador de suas tropas, como por exemplo se percebe na seguinte passagem, relativa à batalha de Atoleiros:

Começou d’andar pellas batalhas em cima de hu~ua mulla, esforçando todollas jeentes com boñas pallavras e gesto ledó, e dizendo a todos que lhes lembrassem bem, em seus corações, quatro cousas: a primeira, que encoemndassem a Deus e à Virgem Maria, sua madre, e o tevessem asy em suas vontades; e a segunda, que eram ally por servir seu senhor e acalçar honrra grande que a Deos prazeria de lhe dar; e a terceyra, como ally vinham por defender sy e suas casas e a terra que possuiam e se tirar da sobjeçam em que el’rey de Castella queria poer; e a quarta, que sempre tevessem nos entendimentos de soffrer todo trabalho e d’aperfiar em pellejar nom hu~ua hora, mais h~uu dia todo e mais, se comprisse. (*Estoria*, 1991, p. 67)

Necessidade da proteção divina, honra que receberiam de Deus pelo serviço ao Mestre, defesa das próprias vidas e haveres e disposição para lutar o tempo que fosse necessário, tais eram, pois, os elementos indicados na sua conclamação. Sobretudo com o exemplo ensinava aos seus homens, colocando-se sempre na vanguarda nas batalhas (*Estoria*, 1991, p. 67; p. 116; p. 124; p. 169) – na retaguarda, só quando esta se fazia mais perigosa, ao voltar de Castela para Portugal (*Estoria*, 1991, p. 133) –, e lutando

incansavelmente, mesmo quando já ferido (*Estoria*, 1991, p. 131). Daí tornar-se invencível capitão, cuja fama por si só afastava os inimigos (*Estoria*, 1991, p. 52; p. 83; p. 86; p. 125; p. 133; p. 178; p. 195).

Desprendido, o produto dos saques bélicos era totalmente repartido entre os seus homens – por exemplo, após uma batalha, em Couna “mandou repartir ho esbulho que assy traziam, sem avendo elle pera sy nenh~ua cousa” (*Estoria*, 1991, p. 87), após ter sido a villa “toda roubada, e forom hy achados muytos e bõos cavallos e azemellas e outras muytas boõas cousas” (*Estoria*, 1991, p. 87). Isto se repete nas outras batalhas empreendidas, “sem avendo nem querendo aver pera sy n~enh~ua cousa” (*Estoria*, 1991, p. 146), “sem tomando pera sy n~enh~ua cousa” (*Estoria*, 1991, p. 161).

Enfrentava sem esmorecimento as privações (*Estoria*, 1991, p. 81) e era piedoso inclusive para com o inimigo – diante da sua rendição não o matava, pelo que exclama o narrador: “Oo viirtuoso e de gram piedade, sobre seu corpo seer posto em tam gram trabalho e periigo, e, asy maçado, seer lembrado de tanta piedade!” (*Estoria*, 1991, p. 32). Para com os necessitados, a sua bondade pode ser entrevista no seguinte episódio: quando se dirigia para as cortes de Coimbra com o Mestre de Avis, apiedou-se do cego que queria acompanhá-los, levando-o consigo, na garupa da mula que o conduzia, o que merece do narrador nova exclamação: “Oo, que humano e caridoso senhor! (*Estoria*, 1991, p. 98).

Mas era ao mesmo tempo arrebatado – por exemplo, vinga-se dos que não lhe deixam lugar à mesa no casamento da filha de D. Fernando com o rei de Castela, tirando com a perna o pé da mesa que caiu ao chão, escarnecendo dessa forma dos que “nos pouco preçaram e de nos escarnecerom” e retirando-se em seguida “com grande assesego, bem como se nom fizessem neh~ua cousa” (*Estoria*, 1991, p. 57).

Era avesso a superstições e agouros – como por exemplo em relação ao sonho agourento do escudeiro, que previra a sua prisão, tentando dissuadi-lo de não partir para Lisboa passando pela frota dos castelhanos que a cercavam; ao que ele não atendeu e respondeu “que ficasse com o seu sonho e nom no quis levar” (*Estoria*, 1991, p. 89). Isto também

se comprova no episódio da haste da bandeira que se quebrou quando pretendia ir tomar Vila Viçosa, o que não o impediu de tentar fazê-lo, muito embora “toda gente ouve por forte signal, e deziam a Nun’Alvrez que nom partisse” (*Estoria*, 1991, p. 93); ou quando da morte da besta que conduzia a cama na romaria a Santiago de Compostela, que não deixou de realizar, embora “todallas gentes ouverom por maravilha e grande sinal” (*Estoria*, 1991, p. 101).

Por outro lado, era respeitador dos juramentos – por exemplo: diante da morte do irmão na tentativa de tomada de Vila Viçosa, considerou “que nunca lhe atal aquecimento e atam maaoo veeo senom polla cota e espada, que escondeu, de dom Garcia Fernandez em Portel, contra seu juramento” (*Estoria*, 1991, p. 95).

Sempre eram atribuídas a Deus as vitórias (*Estoria*, 1991, p. 133; p. 120-121). Nas batalhas, conclamava os seus soldados a se colocarem sob a proteção divina; por exemplo, na de Atoleiros, como vimos, recomendava-lhes “que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria, sua madre, e o tevessem asy em suas vontades” (*Estoria*, 1991, p. 67). E as práticas religiosas eram constantes em sua vida: se punha “em giolhos” “a rezar e a louvar a Deos, como era seu costume” (*Estoria*, 1991, p. 132), ouvia missas, acompanhava procissões, fazia romarias, cultuava a S. Jorge e a Santa Maria, em honra dos quais mandou edificar igrejas e mosteiros, como o “gentill e feroso” mosteiro de Santa Maria do Carmo em Lisboa (*Estoria*, 1991, p. 148), onde terminaria os seus dias. Aliás, mesmo a eleição do Mestre para rei, nas cortes de Coimbra, é atribuída pelo autor a Deus, pelos seus merecimentos (*Estoria*, 1991, p. 99), não à hábil argumentação de João das Regras, que Fernão Lopes destacou como decisiva na Crônica de D. João I (LOPES, 1977, p. 345-370), embora também este apresente como profética a recepção do Mestre como rei pelas crianças, na sua chegada a Coimbra para as cortes (*Estoria*, 1991, p. 98).

Apesar da fama alcançada, era humilde em relação aos seus – o que se percebe na seguinte passagem, quando, após a vitória obtida na batalha de Atoleiros (1384), chega à igreja de Santa Maria do Açumar, local deixado imundo pelos castelhanos, e não

apenas a manda limpar, mas “foy o primeyro que ajudou tirar o esterco fora” (*Estoria*, 1991, p. 70).

Foi justiceiro rigoroso inclusive contra parentes, angariando-lhes inimidade: fazia “dereito sem n~enh~uua afeyçom, em tal guisa que os grandes e bõos que com elle acompanhavam em serviço del’rey se afastavam delle por a maneira que com elles tiinha em feyto de justiça” (*Estoria*, 1991, p. 190). A sua justiça alcançara, por exemplo, Antão Vasques, cavaleiro por ele muito estimado e que causara danos a um homem bom no Porto, sendo por isto condenado a indenizá-lo; pelo que ficou muito descontente e disse publicamente ao Condestável “pallavras muy soltas, as quaes lhe o conde soffreo muy benignamente e com grande paciencia, ca desto usava elle muy muito” (*Estoria*, 1991, p. 135).

Sua humanização se observa, pois, na benevolência e paciência acima observadas. Como também na compreensão diante das covardias dos seus homens (*Estoria*, 1991, p. 29; p. 49; p. 110) e da má vontade destes para o combate quando faltava pagamento (*Estoria*, 1991, p. 150). E, ainda, na capacidade para perdoar, rindo-se dos que o contradiziam por despeito ou inveja do seu prestígio junto ao Mestre – “começou de riir porque sabia bem o por que o faziam” (*Estoria*, 1991, p. 48). Aliás, em muitas outras passagens da obra ele se apresenta como vítima da intriga, da má vontade, da inveja dos seus pares (*Estoria*, 1991, p. 72; p. 113; p. 135; p. 137; p. 143; p. 146-147; p. 151). Por outro lado, era muito amado pelos seus comandados, que, “pollo grande amor que lhe aviam”, “eram ledos de morrer e viver com elle” (*Estoria*, 1991, p. 20).

Mas era também dotado de fraquezas humanas, como vimos em exemplo anterior, relativo à sua vida logo após o casamento, nas terras da esposa (*Estoria*, 1991, p. 12) – fraquezas desculpadas, neste caso, pela pouca idade que então possuía, pelas despesas que tinha com os seus homens e pelos costumes locais. Em passagem posterior, são justificadas pela doença que o acometeu em 1938, de “h~ua dor que lhe durou três meses”, acompanhada de “humor menenconico” (*Estoria*, 1991, p. 161-162). Essa depressão, que o impedia de comer, o fazia avesso à convivência com outras pessoas, culminando com a raiva inusitada e injusta contra Lourenço Eanes Cordovil, que o fora

visitar (*Estoria*, 1991, p. 163); do que em seguida se arrependeria, alegrando-se porque seu escrivão da puridade, Gil Airas, não havia de fato efetivado a insana punição que ordenara (*Estoria*, 1991, p. 164-167).

Enfim, fora esses raros episódios negativos, caracterizava-se por mostras de coragem, lealdade, cortesia, generosidade, e, ainda, capacidade para suportar sofrimentos e privações. A ética cavaleiresca medieval se vê por ele revitalizada, para exemplo. A propósito, Duby (1987) observara como Guilherme Marechal, no século XII, retomara os valores da Cavalaria já à sua época em crise. Estes eram principalmente a fidelidade – o cavaleiro deveria sempre “manter a palavra, não trair a fé jurada” (DUBY, 1987, p. 118) –, a valerosidade – ser “intrépido até às raias da loucura” (DUBY, 1987, p. 119-120) – e a largueza ou generosidade – “o cavaleiro tem o dever de nada reter em suas mãos”, daí resultando a força, o poder, “o renome e a calorosa amizade que o cerca” (DUBY, 1987, p. 120)².

7. Epílogo

O capítulo oitenta, a modo de epílogo, retoma sobretudo as qualidades do cavaleiro relativas à sua religiosidade, aproximando-o de Galaaz: a castidade – “foy muy casto de vontade e ainda de feito, porque elle com outra molher nunca dormio senom com a sua”, e mesmo com esta deixaria posteriormente de copular, embora “homem novo” “por servir a Deus” (*Estoria*, 1991, p. 198); e a prática constante do culto – ouvia duas missas por dia e três aos sábados e domingos; confessava-se amiudemente e comungava quatro vezes ao ano, no Natal, na Páscoa, no Pentecostes e em Santa Maria de Agosto (*Estoria*, 1991, p. 198). Além do mais, edificou e reformou igrejas, capelas e mosteiros quase sempre em honra de Santa Maria, dentre “outras muytas obras meritorias” que realizou (*Estoria*, 1991, p. 199).

² Pretendemos desenvolver, em estudo posterior, uma comparação entre aquele que foi considerado “o melhor cavaleiro do mundo” (DUBY, 1987, p. 210) e Nun’Álvares.

Ia além do que se exigia de um religioso comum: rezava as horas, jejuava três dias na semana enquanto a idade permitiu – nas quartas, sextas, sábados e datas indicadas pela Igreja (*Estoria*, 1991, p. 199). Caridoso, dava o dízimo de todas as suas rendas “por amor de Deos a pobres” (*Estoria*, 1991, p. 199); a estes, dava ainda vestimentas periodicamente, bem como a cavaleiros e escudeiros e outras pessoas honradas (*Estoria*, 1991, p. 200). Distribuía as suas provisões de pão nos períodos de escassez, ficando por vezes sem nenhum para si próprio; e o fazia não somente aos das suas terras, mas até mesmo aos de Castela (*Estoria*, 1991, p. 20-201).

Nos últimos anos da sua vida, objetivando tornar-se monge, dividiu os bens imóveis pelos parentes e os móveis – ouro, prata, dinheiro, jóias, armas, roupas e guarnimentos – pelos seus servidores, dos quais quitou as dívidas que tinham com ele. Ao ordenar-se, quis mesmo abdicar do sobrenome e do título e viver de esmola longe da sua terra, o que a muito custo não realizou, a pedido do primogênito filho de D. João I, D. Duarte, que o manteve e aos de sua Ordem no Convento do Carmo – “por lhe seer obediente outorgou’lhe de o fazer asy como elle mandava, posto que fosse contra sua vontade” (*Estoria*, 1991, p. 202).

Termina o narrador por falar da impossibilidade de “lembrar pera se poer em esta estoria” as outras muitas virtudes e obras do Condestável (*Estoria*, 1991, p. 203). E que muitos milagres foram e ainda são, à época da escrita da obra, feitos por Deus no lugar em que foi enterrado, o que indica “que sua alma he com Deos em sua gloria” (*Estoria*, 1991, p. 203).

Enfim, através das qualidades evocadas, sobressaem como principais facetas da personalidade do biografado: a do cavaleiro destemido, generoso, leal e incorruptível, e a do religioso, cujo misticismo seria acentuado por Fernão Lopes, sendo-lhe a santidade reconhecida pela Igreja, que logo após o seu falecimento dá início ao processo de canonização (1437). Incorpora, pois, o ideal de cavaleiro cristão; como também o de nobre necessário à consolidação da jovem Dinastia que ajudou a elevar ao poder.

Referências

AMADO, Teresa. “Crónica do Condestabre” (vb). In LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (Orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 186-188.

ARNAULT, Salvador Dias. *A batalha de Trancoso*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1951.

_____. Introdução a LOPES, Fernão. *Crónica do senhor Rei Dom Fernando nono rei destes Regnos*. 1966.

BERNARDO (S.). “Libro sobre las glorias de la nueva milicia, a los caballeros templarios”. In *Obras completas I*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1983.

CIDADE, Hernâni. “É Fernão Lopes o autor da *Crónica do Condestabre*?” In *O Instituto*, vol. 81, no. 1, Coimbra, 1931. republicado em *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. 6. ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1975, p. 70-91.

Coronica do condestabre de purtugall Nuno Alvarez Pereyra: principiador da casa que agora he do Duque de Bragãça. 1. ed. Lisboa: Germão Galharde, 1526.

Coronica do Condestabre de Portugall dom Nuno Alvrez Pereyra principiador da casa de Bragãça. 2. ed. Lisboa: Germão Galharde, 1554.

Coronica do Condestabre de Portugal dom NunAlvrez Pereyra principiador da casa de Bragança. 3. ed. Lisboa: António Álvares, 1623.

CINTRA, Luis F. Lindley. “Cronica do Condestabre” (Vb). In COELHO, Jacinto do Prado (Direção). *Dicionário de Literatura* (Brasileira, Portuguesa e Galega e Estilística Literária). 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1973, p. 239.

COSTA, António Rodrigues da. *De vitae et rebus gestis Nonni Alvaresii Pyreriae, Olisipone Occidentali*: Paschalis Silva, 1723.

Coronica do Condestabre de Portugal dom NunAlvrez Pereyra principiador da Casa de Bragança. 4. ed. Porto: Tipografia Constitucional, 1848.

Chronica do condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira. 5. ed. com revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado, .

Crónica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira. Edição e introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1972.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal* ou o melhor cavaleiro do mundo. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

Estoria de dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Coimbra Ed., 1991.

LAPA, M. Rodrigues. “Froissart e Fernão Lopes”. In *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica de Giuliano Macchi. Lisboa: IN-CM, 1975.

_____. *Crónica del rei del Rei dom João I da boa memória* – Parte primeira. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português preparada por Anselmo Braamcamp Freire, 1915. Prefácio de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: IN-CM, 1977.

PIMPÃO, A. Costa. *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*. 2. ed. rev. Coimbra: Atlântida 1959.

RUSSEL, P. E. As fontes de Fernão Lopes. Tradução do original inédito inglês por A. Gonçalves Rodrigues. Coimbra: Coimbra Editora, [1941].

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. “Advertência preliminar” ao *Cancioneiro da Ajuda*. Reimpressão da edição de Halle (1904) de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, acrescentada com um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas também feito por CMV (Revista Lusitana, XXIII). Lisboa: IN-CM, 1990. 2 vols.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Introdução e notas do Visconde de Santarém. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

_____. *Cronica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.